



Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1980

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Mário Celso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nilso Squárezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47) achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros Del Ciel, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, José Domingos Scarpellini, Nestor Baptista, Romero Filho, Túlio Zanchet e Domício Scaramella (10). Em licença, o Senhor Deputado João Elísio (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o número 740/80, do Sr. JOSÉ DANIEL VAN DER BROOKE FILHO, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária em Curitiba, sensibilizado pela nobreza de sentimentos do ilustre Deputado AIRTON CORDEIRO, e dos ilustres Pares que compõem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, agradece MOÇÃO DE LOUVOR aprovada pelo Plenário desta Casa, por ocasião do Dia do Médico Veterinário. — Ciente. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Resolução nº 111/79, que altera o valor a que se refere a Resolução nº 37/72, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Resolução nº 52/80, que autoriza a consignação de verba que especifica, no Orçamento do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 137/80, Mensagem Governamental nº 60/80, que estabelece limites para autorização e contratação de empréstimos a Projetos Especiais pela Administração direta e indireta do Estado e dá outras providências - (Operação de crédito para atendimento ao Programa Integrado de Apoio o Pequeno Produtor Rural — PRORURAL), com pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Resolução nº 48/80, que altera simbologia de cargos do Quadro do Poder Legislativo, conforme especifica, já com pareceres favoráveis das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se insira na ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA JOSÉ DA SILVA, ocorrido em Campo Mourão.

Do veredito, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARMIN PORT, ocorrido na data de 13/10, em Marechal Cândido Rondon.

Tratava-se de pessoa muito estimada na comunidade, pois era um dos pioneiros do município e com bom relacionamento em toda a região.

Solicitamos outrossim, após a aprovação do presente, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do § 2.º do Art. 11, da Constituição do Estado e na forma regimental, REQUER quinze (15) dias de licença, a contar do dia 20 do corrente mês, com a finalidade de desempenhar missão de caráter cultural e científico no vizinho Estado do Mato Grosso do Sul, onde pretende entrar em contato direto com as organizações cooperativas, bem como órgãos oficiais ligados à atividade, para colher subsídios capazes de alicerçar a revisão da legislação paranaense disciplinadora da importante matéria.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO seja oficiado por esta Casa, ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, solicitando que o Posto de Recepção, situado em Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul, seja substituído em suas funções isto é, no atendimento ao público, em termos e com a finalidade de Posto Avançado.

Outrossim, observa que se trata de uma necessidade imperiosa o que está sendo solicitado, eis que Vera Cruz do Oeste é uma região de singular influência industrial, agro-pecuária e financeira.

Nestes Termos

P. Deferimento.

(a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, e de acordo com o Art. 16, item V da Constituição do Estado do Paraná, REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Aminthas de Barros Braga, solicitando que Sua Excelência se digne determinar que se prestem os seguintes esclarecimentos:

1) De que maneira e atendendo a que critérios é feita a distribuição da verba destinada ao Setor da Comunicação Social do Governo, e;

2) Qual o montante destinado a cada órgão/setor/impressão em geral, mediante o montante de verba destinada ao setor, segundo a Proposta de Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1981.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980

(a) GERNOTE KIRINUS

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Estado do Paraná, Sr. Presidente, vem assistindo a uma paisagem que não pode ser entendida isoladamente do grande processo social que o Brasil está também assistindo.

Quando se fala no movimento reivindicatório do magistério paranaense, e quando nós observamos, Sr. Presidente as diversas tabelas de distribuição de recursos para a educação, nos diversos orçamentos dos Estados brasileiros, vamos também observar que existe um paradoxo a nível de Paraná.

Enquanto o Estado do Paraná é forçado pelas circunstâncias a aplicar no seu Orçamento de 1981, mais de um bilhão de cruzeiros para o ensino do 3.º Grau, evidentemente deverão faltar os recursos necessários para a aplicação nos setores equivalentes do 1.º e 2.º Graus.

E já numa oportunidade, desta mesma tribuna, usando o horário do Grande Expediente, enfocando a paralisação das aulas por parte dos professores, em todo o Brasil, durante um

dia, coincidindo com a paralisação das aulas das Universidades brasileiras, nunca convocação feita pela UNE, durante três dias, dedicando-se esse tempo para a reflexão, já naquela oportunidade dizíamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o modelo educacional brasileiro deve ser repensado, redefinido e as suas prioridades colocadas em discussão por toda a sociedade civil.

E nós vamos encontrando hoje, no Brasil, cerca de trinta Universidades federais, dez universidades estaduais, das quais, três, situadas aqui no Estado do Paraná; três universidades municipais e cerca de 808 faculdades dirigidas pela iniciativa privada, dando um total de cerca de um milhão e quinhentos e quarenta mil estudantes no ensino superior.

Mas, paralelamente, enquanto a rede de ensino superior do Brasil pretende, a curto prazo, formar cerca de 1.500.000 indivíduos com a sua mão-de-obra especializada, preparada para um mercado de trabalho discutível, nós temos, paralelamente, cerca de 16 milhões de crianças fora das redes educacionais, sejam mantidas pelo Poder Público, sejam mantidas pelas entidades paraestatais, sejam mantidas pela iniciativa privada.

É claro, Srs. Deputados, que não se pode construir uma pirâmide começando pelo seu vértice.

Enquanto na distribuição de recursos, a nível de América Latina, encontramos países como a Costa Rica, que aplica, pela sua Constituição, 30 por cento de sua receita orçamentária, efetivamente, em educação, distinguindo as verbas de administração que fazem parte do ministério do governo, da secretaria do governo, das verbas efetivamente destinadas aos aparelhos de educação.

Em contrapartida, vamos chegar ao Brasil e verificar que, anualmente, está havendo um decréscimo percentual qualitativo e quantitativo na aplicação dos recursos para educação.

Nem vale também aquela balela de que o ensino, de uma forma geral, especificamente o ensino superior, vem sendo subsidiado pelos cofres públicos. Porque, se formos fazer uma somatória de todos os subsídios aplicados no que se chamaria de déficit do custo operacional da educação, vamos chegar à conclusão de que o Governo brasileiro não aplica vinte bilhões de cruzeiros para o déficit educacional.

Em contrapartida, nos diversos subsídios que o Governo aplica nos diversos setores da vida econômica nacional, desde subsídios feitos a entidades financeiras falidas para salvaguardar o nome de uma sistemática capitalista de aplicação de recursos ao subsídio do trigo, ao subsídio do diesel, ao subsídio de tantos e tantos outros setores da economia nacional, vamos chegar à conclusão que, enquanto o Governo aplica menos de 20 bilhões de cruzeiros nos subsídios à educação, está aplicando, a fundo perdido, cerca de 570 bilhões de cruzeiros nas outras formas de subsídios a setores deficitários da vida econômica nacional.

Daí não entendermos a posição, tanto do Governo do Estado do Paraná, através da palavra do Governador Ney Braga, através da palavra do Secretário da Educação, Edson Machado; como também não podemos entender as colocações do Sr. Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela, um ao afirmar que o poder público não tem recursos para atender às justas reivindicações do magistério.

Outro, o Ministro da Educação, ao analisar a situação falimentar do ensino brasileiro, a propor inclusive, a exportação de mão-de-obra preparada pelas universidades brasileiras, como uma forma de se dar uma solução ao problema de um mercado de trabalho estrangulado.

Mas, se formos olhar a maneira como o modelo educacional brasileiro forma sua mão-de-obra especializada, vamos observar que, na área tecnológica, por exemplo, para cada portador de diploma universitário, nos diversos ramos de engenharia, não chegamos, Srs. Deputados, a ter a equivalência de um técnico especializado, profissionalizado a nível de

2.º Grau.

Como se pode pretender se entrar neste final do século XX e se ingressar na era automatizada do século XXI, quando os parâmetros para mesmo os países subdesenvolvidos, mesmo para o terceiro mundo, no grande quadro de referências de formação de mão-de-obra especializada, nós observamos a necessidade de um técnico formado pelo ensino superior, para cada três técnicos profissionalizados a nível de segundo grau.

E no Brasil, temos um técnico formado a nível superior, e zero vírgula oito formados a nível de segundo grau.

É evidente, Srs. Deputados, que está havendo uma inversão na hierarquia de valores. Se não há técnicos a nível de segundo grau, é evidente que os profissionais saídos de nossas faculdades, terão que preencher essas lacunas, e terão que, num aviltamento de mão-de-obra, num aviltamento na área de prestação de serviços, cair para a assessoria de segundo grau.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Renato Bernardi, solicitei este aparte para que Vossa Excelência nos desse a sua visão e um esclarecimento sobre um problema que para mim é bastante nebuloso.

O modelo universitário brasileiro é correto? Está correto?

Porque, há dias atrás, vendo um comentário sobre as universidades brasileiras e mais especificamente sobre o Estado de São Paulo, notamos que de dez mil engenheiros, encontram-se sem emprego em São Paulo. E que, dos 850 inscritos no "Pregão" de mercado de trabalho, montado pelo Sindicato daquele Estado, nos últimos seis meses, apenas dez conseguiram colocação.

Então, a minha pergunta a Vossa Excelência, que, sem dúvida alguma, é uma das maiores autoridades que o nosso Partido tem aqui no Estado, sobre o ensino superior, não só no Partido mas nesta Casa.

Gostaria que Vossa Excelência nos esclarecesse e nos desse conhecimento, qual a sua visão sobre este assunto "o modelo do ensino superior brasileiro". Se ele está correto, se ele está sendo conduzido no caminho certo.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e pretendo responder as suas colocações, inclusive no decorrer dessas considerações que estamos fazendo.

Veja Vossa Excelência, que enquanto existe uma preocupação na formação de mão-de-obra universitária, nós estamos tentando o aperfeiçoamento do vértice da pirâmide. Entretanto, essa contrapartida não se observa nos setores intermediários, não se observa na base da pirâmide.

E inclusive, para tentar dialogar com Vossa Excelência, eu deveria primeiramente fazer uma indagação que me parece fundamental a nível político, mas, muito mais do que a nível político, com as suas conseqüências no campo social e no campo econômico. A quem interessa fundamentalmente o modelo educacional brasileiro que aí foi implantado?

É verdade que o modelo educacional brasileiro, e isso nós temos um exemplo, pela própria história da educação no Brasil, quando tanto se exalta o papel da Igreja até o final do Século XIX. E o papel da Igreja durante o final do Século XIX e XX, como se o trabalho educacional dessa Igreja tivesse sido fundamental para o desenvolvimento da educação.

E veja Vossa Excelência, que essas instituições atendiam realmente às necessidades do povo, atendiam realmente aos anseios da Nação, ou elas visavam, basicamente, a formação aprimorada e sofisticada dos filhos de uma elite emergente que existia no País.

E então, a educação, tão exaltada porque exercida por essas entidades religiosas, era no entanto uma educação fundamentalmente anti-povo, porque elitista, porque aprimoradora

dos privilégios e porque procurava negar uma realidade objetiva, social que aí estava. Quantas vezes observávamos uma família se vangloriar de ter um filho em um colégio de freiras, onde se fala francês na merenda da tarde; onde se praticava alemão no jantar.

Então, Vossa Excelência pode verificar que esta educação, embora tecnicamente perfeita para o indivíduo, era anti-social, anti-povo e também anti aos princípios fundamentais do Evangelho, que se compromete fundamentalmente com a pobreza, com o oprimido, com o necessitado e que no campo político nós assumimos o compromisso, enquanto partido popular, de um compromisso fundamental com as classes trabalhadoras.

Daí porque um modelo originado deste tipo de aparelho ideológico a servir às necessidades da classe dominante, a servir às necessidades de oferecer a esta classe dominante, uma mão-de-obra abundante, preparada, mas que, acima de tudo, não fosse cara, para que no confronto entre a oferta de capital e a oferta de trabalho, prevalecesse os interesses do capital e o aviltamento do aluguel da mão-de-obra, é claro que todo o modelo educacional nosso foi voltado para os interesses da classe dominante.

Daí também não fugiu o modelo universitário brasileiro. No momento em que no País se procurou colocar em prática a famigerada reforma universitária, calcada e baseada no famoso acordo MEC-USAID, naquele preciso momento nós estávamos também tentando descaracterizar a Universidade brasileira, como um centro irradiador e mantenedor da cultura Pátria. Porque, se Vossas Excelências puderem observar, durante dezesseis anos, a Universidade brasileira sofreu um terrível ataque hemiplégico.

Ela teria que atuar no setor da formação de mão-de-obra, mas jamais poderia também se esquecer do incentivo e do amparo à pesquisa. E eu indago: Quais são os frutos das pesquisas feitas pelas universidades brasileiras?

Se Vossa Excelência observar, as teses de pós-graduação, as teses de doutorado que estão sendo publicadas pelas diversas editoras nacionais, e pelas dezenas, centenas e milhares de teses que não conseguem ser editadas, Vossa Excelência vai observar um desequilíbrio gigantesco, para cada tese de mestrado publicada na área de Ciências Biológicas, para cada tese de doutorado publicada na área de Ciências Exatas, vamos ter cerca de 185 teses publicadas no setor de Humanidades.

Agora Vossa Excelência me acompanhe no raciocínio, vamos às universidades, para cada tese de Ciências Biológicas, para cada tese de Ciências Exatas, temos 185 teses publicadas publicas na área de Ciências Humanas. Vamos para os campus universitários, para cada candidato de Humanidades, abstraindo daí os cursos de Direito, Vossa Excelência vai encontrar cerca de 60 a 70 candidatos às vagas dos cursos biológicos ou de exatas.

Vossa Excelência vai encontrar nas grandes universidades brasileiras, a desativação dos cursos de Letras, dos cursos de Ciências Sociais. E agora o Ministério da Educação e Cultura ameaça a tradição e a memória nacionais, com a extinção dos cursos de Geografia e dos cursos de História, transformando isto aí num arremedo e num remendo dos cursos de Estudos Sociais, que por serem de licenciatura curta, por tentarem uma abrangência muito grande, por tentarem uma polivalência muito ampla, ao pretender atender um mercado de trabalho específico na área de educação, especificamente no magistério específico de sala de aula, podendo lecionar Geografia, História, OSPB, Estudos Sociais, Moral e Cívica, com isto aí estaremos comprometendo seriamente a memória nacional.

Para a elite dominante, atrelada a interesses outros, que não os nacionais, atende perfeitamente os seus objetivos, porque o povo sem memória será também um povo sem resistência para a luta, porque não terá a base fundamental e essencial de uma ideologia que possa conduzi-lo a lutar por seus direitos.

É então no momento em que são desativados os cursos de Humanidades, em muitas e muitas universidades, os vestibulares vão sendo mais abertos para os candidatos aos Cursos de Humanidades, nós estamos vendo uma sobrecarga na área biológica e na área tecnológica. E o resultado prático aí vem. Vossa Excelência lembra o caso da grande São Paulo, onde, de dez a doze mil engenheiros, estão desempregados. Mas talvez não tenha se lembrado dos 16 mil engenheiros que na mesma grande São Paulo, estão sub-empregados ou estão atuando em outra faixa do mercado de trabalho, que não aquela específica para a qual se formaram.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, realmente Vossa Excelência, nesta tarde, está tocando fundo no problema educacional.

De nada adiantam os números orçamentários, os cálculos matemáticos que possam ou queiram, de uma ou de outra forma, justificar o interesse de um governo em educação, ou justificar o justo atendimento de reivindicações de professores que agora estão à beira da falência, pedindo melhores salários, sem tocar realmente no cerne da questão, que é o modelo educacional, que é a forma de conduzir este aspecto tão importante para o progresso humano, da sociedade.

Porque, a transformação que gera o progresso, pode ser de ordem técnica e não humanística. E é realmente na educação que o homem aprende, não somente a construir uma bomba atômica, mas aprende também que ela não pode ser utilizada para a destruição da mesma sociedade que lhe brinda esse privilégio educativo.

Portanto, muito deixa a desejar, desde o ponto de vista das escolas de segundo grau, como também a formação universitária voltada unicamente para a formação de uma elite, uma elite dominante que se alimenta da ignorância, do analfabetismo, da grande maioria de um povo jogado à margem de um progresso.

Gostaria simplesmente, nobre Deputado, de parabenizá-lo, exatamente pelo acerto da questão, em levar a discussão a esse nível, que realmente deve ser levado. Não simplesmente ficarmos na superficialidade dos números de Universidade, dos números que inclusive também deixam a desejar, que têm acesso às universidades, mas do tipo de informação que se dá.

O que se quer com a educação? Qual é a meta política? Qual é a meta social que a educação deve preencher em nossa sociedade?

Meus parabéns, nobre Deputado, pelo seu pronunciamento.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Pastor de um segmento religioso da sociedade brasileira e, conseqüentemente, conhecedor do problema e da função da educação nas relações sociais.

Mas continuo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Então, estamos observando dentro deste quadro todo, uma inversão total de valores. Não é possível que o País, neste processo acelerado de urbanização que nós estamos assistindo, a partir da década de 60; não é possível que nós admitamos e especificamente no caso do Paraná, que ao Estado caiba a responsabilidade de carregar às suas costas, o ônus de um bilhão e meio de cruzeiros para a manutenção de uma rede de ensino superior estadual.

E, em contrapartida, estejamos hoje, Srs. Deputados, a perder a geração do amanhã.

Explico-me e exemplifico: enquanto o Estado do Paraná, enquanto o Brasil se vangloriam hoje de ter uma rede de um milhão e quinhentos mil universitários, não podemos continuar aceitando as estatísticas que aí estão, de cada criança que ingressa principalmente das Classes C e D, quando ingressam no primeiro ano do primeiro grau, setenta e oito por cento não

chegam a concluir este quarto ano.

De cada 100 crianças que ingressam no primeiro ano do primeiro grau, 53 não passam para o segundo grau. Não adianta uma reforma educacional, que seja feita em cima apenas da casca e do verniz, que adote o sistema da promoção através de um período de uma semana de recuperação do aluno, quando...

O SR. PRESIDENTE — (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa informa que seu tempo está esgotado, e consulta se Vossa Excelência falará dentro do Horário da Liderança do Partido?

O Deputado falará por mais 10 minutos, dentro do horário da Liderança do PMDB.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço.

Então, Srs. Deputados, se nós observarmos, e não adiantam apenas os números serem citados, apenas para escândalo da opinião pública, que de cada 100 alunos, 78 não concluem o quarto ano, que de cada 100, 53 não passam para o segundo ano.

É preciso buscar as causas desta situação que aí está.

O modelo educacional brasileiro não pode ser analisado de uma forma estanque, de uma forma segmentada, separada do grande modelo político-econômico e social brasileiros.

Nós nunca teremos qualquer tipo de sucesso, num momento em que um Estado como o Paraná aplica um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros para o ensino superior, mas não tem a capacidade ou a disponibilidade de, além de melhorar as condições do primeiro e segundo graus, também aplicar na pré-escola e na educação permanente, recursos necessários não só para a educação, como também para a saúde, para a alimentação.

Porque, se essas 53 crianças de cada 100 não conseguem passar para o segundo ano, se essas 78 crianças em cada 100 não conseguem concluir o quarto ano, vamos procurar, Sr. Presidente, dentro da opressão em que vivem os trabalhadores brasileiros, as razões fundamentais desta evasão e desta incapacidade de convivência do filho do trabalhador, do filho do camponês, com as unidades escolares montadas por este modelo que aí está.

Se o filho do trabalhador, se o filho do camponês chega ao primeiro ano da escola elementar e não consegue passar para o segundo ano, e não vê razões para chegar ao quarto ano porque este modelo apenas procura prepará-lo para servir à elite dominante, então é preciso que se quebre também definitivamente este tipo de bloqueio que aí está.

E não é palavra de véspera de eleições, Sr. Presidente. O bloqueio é biológico porque o filho do privilegiado, o filho da elite, o filho da classe média, se alimenta; o filho do trabalhador, o filho do camponês, não tem acesso ao bem fundamental que é a alimentação, e ele vai chegar ao primeiro ano do primeiro grau bloqueado biologicamente, no desenvolvimento do seu organismo, por falta de nutrição conveniente.

Mas, neste País, o Ministério da Agricultura, Sr. Presidente, as multinacionais, tratam melhor do gado bovino, do gado suíno, do que das nossas crianças e dos nossos filhos.

Não conheço, Sr. Presidente, rebanho algum passando fome, a não ser por exceção. Mas sei que nesta Curitiba e nas áreas metropolitanas do Brasil, há milhares e milhares de crianças que, a esta hora, às 15:00 horas, ainda não tomaram sua alimentação. E vão às ruas, buscar a comida que não lhes chega em casa.

E aí está a matéria prima para a Escola Queiroz Filho; aí está a matéria prima para Piraquara; aí está a matéria prima para Canguiri; aí está a matéria prima para os noticiários policiais; aí está a matéria prima para aqueles 120 Volkswagens que estavam ontem, em frente ao Palácio Iguaçu, enfeitando seu pátio.

Mas, a criança não chega apenas bloqueada biologicamente,

aí ela se distingue do animal, ela chega também psicologicamente, porque sua família está se desagregando num processo consumista e absurdo em que o homem saído dos campos não consegue mais sobreviver na selva de pedra em que se tornou a região metropolitana.

E se o bloqueio é biológico, é também social, porque as nossas unidades escolares, são mantidas por pessoas advindas da classe média e da elite, e que não entendem as necessidades e os anseios de quem advém das classes trabalhadoras e camponesas.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Parabéns, nobre Deputado, por essas colocações.

O assunto é muito sério, muito profundo, mas para muitos, não seria um assunto prioritário do País, mas realmente é.

Agora, indaga-se, nobre Deputado, o seguinte: eu estava lendo num jornal, o Presidente Figueiredo numa festiva de crianças, então me lembro de uma declaração sua: "gostaria de ver as crianças nas escolas, bem nutridas. Mas, como não é possível, quero pelo menos, vê-las felizes, porque a Nação existe em função das crianças".

Quer dizer, aí ele dá autógrafa, da "tiro na cabeça de uma cobra sucuri", dá "tiro no coco", pega criança no colo, quer dizer, essa situação é o retrado do País. Um País falido, entregue à própria sorte.

E um cidadão humilde, do Município de Cambé, dizia ao Prefeito Jehovah, depois de ouvir o Presidente falando em castelhano, na despedida de Pinochet: "aí está, o Presidente fala várias línguas, só não fala a língua do povo".

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Infelizmente não posso conceder, dada a exiguidade do tempo.

O Sr. José Tavares — Apenas queria cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço a Vossa Excelência.

Concluo dizendo que, em razão desse modelo que aí está, a indagação vem: "A Bancada do PMDB é solidária ao movimento reivindicatório dos professores?".

Não só é solidária, mas hipoteca total e irrestrita solidariedade ao movimento reivindicatório dos professores, e vai mais além, exige também da sociedade civil brasileira, que repensemos, que redefinamos o modelo educacional brasileiro como única maneira de salvar a geração de amanhã.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário restante da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, no restante do horário da Liderança do meu Partido, para registrar o vigor do PMDB ao realizar as suas convenções no último domingo, e que as fez realizar em setenta por cento dos municípios paranaenses.

Sr. Presidente, venho da região do Vale do Piquirivai, onde realizamos convenções das mais memoráveis da história do nosso Partido, que é o sucedâneo do MDB. As convenções foram realizadas, Sr. Presidente, em Campo Mourão, Janiópolis, Boa Esperança, Mamborê, Campina da Lagoa, Ubatã, Peabiru, Araruna, Engenheiro Beltrão, Fênix, Barbosa Ferraz e São João do Ivaí; Sr. Presidente, foram das mais vigorosas da história política oposicionista daquela região.

Sem dúvida alguma, podemos sentir a participação popular nas nossas convenções. Homens humildes, é verdade, mas conscientes da responsabilidade de dar o fortalecimento parti-

dário, de dar o fortalecimento na base, na base necessária para mudarmos a estrutura política desta Nação, que, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, se tivermos eleições diretas em 1982, para governança do Estado, a bandeira do PMDB será hasteada no Palácio Iguaçu.

Vossa Excelência haverá de ser testemunha deste evento, porque, se eleições diretas forem realizadas, com as convenções que o PMDB realizou no último domingo, temos certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o PMDB caminha neste Estado, célere, caminha a passos largos para ser Governo no Estado do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Horário reservado à Liderança do PDS, por sete minutos concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O horário restante, ao Deputado Jurandir Messias.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna na semana passada, para informar à Casa sobre o andamento de uma denúncia formulada contra o Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

E, naquela oportunidade, informávamos que, dentro de 72 horas, teríamos uma solução do caso. As 72 horas venceram na sexta-feira, já após a realização da sessão matutina. Mas, na sexta-feira, estava pronto o decreto em que afastava o Diretor daquela faculdade, cujo decreto, na ausência do Sr. Secretário, que deveria despachar com o Governador do Estado, encaminhou e ontem foi assinado o Decreto número 3053, afastando o Professor Valdir Marin da direção daquela faculdade, e o Vice-Diretor, e designando o Professor Joel Mira Sabóia para assumir a direção da faculdade durante a tramitação do inquérito administrativo.

Medida esta que era esperada, por conhecermos a atuação do Sr. Secretário da Educação e do Governador do Estado, Ney Braga, que tem procurado administrar com lisura, com dedicação, preocupado com o ensino de nosso Estado.

E se esta indicação houve, na época, foi porque a congregação de professores, reunidos, houve por bem indicar uma lista sêxtupla e, nesta lista, constava o nome do professor Valdir Marin. E é normal, em seguida recebíamos pedidos da cidade de Apucarana, para que fosse indicado o Professor Valdir Marin para a direção daquela escola.

Recebíamos também indicação de outros nomes, mas em maior quantia, indicando o professor Valdir Marin. E foi indicado e ao assumir, este professor, decepcionou a todos os seus amigos em Apucarana e a nós que avalisamos na época esta indicação.

Mas, temos a satisfação de dizer que, esses mesmos amigos que fizeram a indicação na época, quando viram as irregularidades praticas por aquele diretor, imediatamente comunicaram para que houvesse uma providência neste afastamento. E o Sr. Secretário designou uma Comissão de Sindicância, que foi ao local verificar as irregularidades. E, como era de se esperar, não nos interessava só o afastamento do Diretor, mas o inquérito administrativo, para que arque com as responsabilidades, pelas falhas de cometeu naquela escola.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com prazer concedo o aparte ao nobre Deputado Renato Bernardi, no entanto, que seja breve, porquanto só tenho sete minutos para falar.

O Sr. Renato Bernardi — Deputado Gilberto, quero apenas congratular-me com Vossa Excelência e também com o Secretário da Educação, pelo fato de ter tomado essa providência, que realmente a situação de Apucarana estava numa crise muito séria. E o fato dele constar na lista sêxtupla, errar também é humano, e até mesmo se justifica, porque normalmente a pessoa

mais envolvente nem sempre é a pessoa mais honesta.

Mas, de qualquer forma, Vossa Excelência tem os meus cumprimentos pela presteza com que foi resolvida a crise.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu agradeço, brilhante Deputado Renato Bernardi, dizendo que Apucarana volta hoje à sua normalidade.

Foi recebido não só pela classe dos professores, mas como também pelos universitários, que ontem aplaudiram a indicação do professor Joel Mira Sabóia, que é um dos professores mais antigos daquela faculdade.

Profundo conhecedor daquele sistema educacional, cuja faculdade é orgulho da região do Vale do Ivaí, e relevantes serviços tem prestado, não só a Apucarana, mas a todos aqueles municípios da micro-região da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí.

E a minha presença nesta tribuna, era para dar uma satisfação dessas medidas adotadas, e de agradecimento também ao pronto atendimento do Sr. Secretário da Educação e do Governador Ney Braga.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário restante, concedo a palavra ao nobre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Os agricultores de nosso Estado estão apreensivos com a necessidade imposta pelo Governo Federal para que as secadoras de cereais movidas à óleo combustível, substituam a fonte energética por outra proveniente do mercado interno, como a lenha.

Todos nós sabemos da necessidade desta substituição num momento em que o País vê aumentar sua dificuldade de importação de petróleo, tendo em vista o aumento do preço do produto no mercado internacional e mais recentemente, o conflito entre o Irã e o Iraque.

Entendemos porém, a apreensão dos produtores paraenses, que sentem na própria carne, dificuldades econômicas e agora terão que arcar com novas despesas. Evidentemente o Governo Estadual não vai deixar de amparar os agricultores neste momento. E a única forma de se propiciar um atendimento uniforme e plenamente abrangente, é recebermos suficientes recursos da União.

A transformação de nossas secadoras vai demandar, no mínimo, recursos da ordem de 300 milhões de cruzeiros adicionais. Desta quantia, o Paraná só recebeu até o momento — faltando menos de 90 dias para o prazo final de substituição — apenas vinte e cinco por cento, quantia que não condiz com a importância que o Estado tem na pauta da produção agrícola brasileira, correspondendo com vinte e cinco por cento da comercialização de grãos.

Preocupado com a situação que pode se criar, gerando um problema social, o Governador Ney Braga já enviou telex ao Ministro das Minas e Energia, comunicando a necessidade da liberação imediata da verba restante, já que o prazo para substituição do combustível nas secadoras, termina em 31 de dezembro.

Além do Chefe do Executivo, outras autoridades já se manifestaram sobre o assunto, como o Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, Benjamin Hamerschmidt, que enviou comunicado ao Ministro do Planejamento, Delfim Neto, dizendo que o Paraná precisava ser atendido.

Todos nós sabemos que a safra agrícola não pode ser perdida, como já frisou o próprio Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, sob pena de que a própria balança de pagamentos do País fique mais comprometida.

Para tanto, é necessário que no momento, a preocupação do Governo Federal esteja revestida de grande senso prático e de atendimento justo para que um Estado como o Paraná, que tanto contribui para a Nação, não seja prejudicado.

Nossos lavradores estão cientes que podem colaborar com a economia do combustível que o momento exige. Em troca, só querem que as autoridades federais colaborem, deixando livres os caminhos que levam ao encontro das verdadeiras reivindicações da classe”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Daremos também entrada de um requerimento, que esperamos seja acolhido pelos nobres Pares. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministros das Minas e Energia, Planejamento e Agricultura, reivindicando a liberação dos recursos necessários para que as cooperativas possam substituir o “fuel-oil” de suas secadoras.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1980.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

Até o momento, apenas vinte e cinco por cento dos recursos necessários para a transformação das secadoras das cooperativas, foram liberados para o Governo Estadual. O prazo para a substituição se esgota no dia 31 de dezembro, e há o temor de que os recursos não cheguem a tempo suficiente. Com isso, cerca de vinte e cinco por cento da nossa produção agrícola pode ficar comprometida.”

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente requero a Vossa Excelência que determine a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam à chamada nominal 43 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 128/80, (Mens. Govern. nº 55/80), que visa introduzir alterações que específicas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 181/79, de autoria do Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, que dá nova redação ao Art. 53, da Lei Complementar nº 02, de 18/06/73. (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 40/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marialva, com a finalidade de consultar a população para a criação do Município de SARANDI. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 47/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Altônia, com a finalidade de consultar a população para a criação do Município de SÃO JORGE. Com emenda substitutiva geral do Plenário. - Aprovado o substitutivo geral.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 45/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de PROFESSOR ARISTEU COSTA PINTO a Unidade Escolar implantada no Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/80, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o CENTRO CULTURAL E SOCIAL SÃO FRANCISCO XAVIER, com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 78/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 37/80), que denomina GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO A Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia — COPEL. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e da C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Apenas para manifestar que o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Não existe uma emenda sobre a mesa, referente a este projeto?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que receberá a emenda somente em 2ª Discussão. Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Só para registrar o meu voto, que também é contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.
Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 78/80, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam; 11 Srs. Deputados rejeitam. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 83/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELI, que declara de utilidade pública

a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na Cidade de Jataizinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 87/80, de autoria do Deputado AGUINALDO P. LIMA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA CONSELHEIRO CARRÃO, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE UNIFLOR, com sede e foro no Município de Uniflor. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 124/80, de autoria do Deputado José Domingos, que institui o "Dia Paranaense de Combate ao Fumo", a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 124/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica instituído o DIA PARANAENSE DE COMBATE AO FUMO, a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Em todo o mundo ocorrem manifestações no sentido de melhorar a qualidade de vida do homem. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde, estão envolvidos nesses programas, um dos quais está ligado diretamente à área do tabagismo.

O ano de 1980 foi declarado, pela Organização Mundial da Saúde, como o "Ano de Combate ao Tabagismo". Neste contexto, o Paraná está dando um belo exemplo, promovendo uma manifestação inédita, talvez no mundo: por uma hora o curitibano fez a greve do fumo. Milhares e milhares de fumantes deixaram o cigarro de lado,, numa manifestação que, absolutamente, não pode ficar registrada apenas como uma manifestação, porque é o exemplo que o Paraná está dando ao Brasil, um país onde ocorrem cem mil mortes por ano, em virtude do vício do fumo, um país onde outros cem mil seres humanos ficam incapacitados, anualmente, em consequência direta dos males causados pelo fumo.

É preciso que tais manifestações se repitam, anualmente, para que haja uma consciência cada vez maior em relação a tão sério problema.

Para que, principalmente a juventude, que está sendo levada a tão triste vício, seja alertada. É preciso cultivar perenemente a idéia de que a saúde é a maior riqueza de um homem, e que o vício do fumo, ao longo dos anos, provoca danos irreparáveis à saúde.

Por esta razão, estamos apresentando este projeto de lei, objetivando a que, anualmente, no dia 29 de agosto, se renovem os apelos contra o fumo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 124/80

PARECER:

O Projeto de Lei nº 124/80, tem por finalidade instituir o "Dia Paranaense de Combate ao Fumo", a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

Regimentalmente, a Proposição está devidamente justificada.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que não existe óbice algum, quer legal, quer constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 129/80, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a FRUTIPAR — Associação dos Fruticultores do Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 129/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DO ESTADO DO PARANÁ — FRUTIPAR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A fruticultura surge no Estado do Paraná como uma das valiosas atividades para a economia do Estado.

Também a Nação brasileira, através desse novo ramo da agricultura, tem oportunidade de economizar valiosas divisas, com a substituição de produtos estrangeiros por nacionais.

Como exemplo maior, surge a maçã, cujo consumo de produtos alienígenas é da ordem de aproximadamente noventa por cento.

Igualmente, os demais produtos da fruticultura de clima temperado, assumem papel preponderante para a alimentação da nossa população e para o impulsionamento da economia, como são os casos da ameixa, do pêssego e da pera, entre outras atividades que são objeto do interesse da Associação que congrega os Fruticultores do nosso Estado.

No Paraná, há poucos anos, foi fundada a Associação que congrega os Fruticultores do Estado do Paraná — FRUTIPAR.

Não obstante, vem gradativamente se impondo como representante do nosso produtor.

Assim, nada mais justo que se consigne o apoio desta Casa para os elevados interesses da fruticultura do Paraná, e nesta certeza, esperamos contar com o apoio dos demais Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 129/80

PARECER:

Objetiva o Projeto de Lei nº 129/80, declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FRUTICULTORES DO PARANÁ — FRUTIPAR.

A propositura encontra-se acompanhada da cópia do Estatuto da referida Associação, e do Registro do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, de Curitiba, sob o número 2754.

Com sede e fora em Curitiba, a Associação abrange todo o território paranaense, e é uma sociedade sem fins lucrativos,

bem como os seus Diretores não auferem remuneração.

Do ponto de vista que cabe a esta Comissão analisar, julgamos que o projeto de lei está em condições de merecer a aprovação.

Favorável é o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente

Waldyr Pugliesi, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armin Port, ocorrido em Marechal Cândido Rondon. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria José da Silva, ocorrido em Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 52/80. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 137/80. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 111/80. — Em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 48/80. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da SANEPAR, no sentido de estender a rede de água no Bairro Brasmadeira, em Cascavel. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação, da Cultura e do Esporte, Superintendente da FUNDEPAR e Presidente da SANEPAR, encarecendo a construção de um muro, cancha de esportes e ligação de rede de água na Escola Nossa Senhora Salete, no Bairro Brasmadeira, em Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo informações sobre o preenchimento das condições legais no processo que transferiu o serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Secretário da Agricultura, encarecendo esclarecimentos sobre a situação dos servidores estaduais regidos pela CLT. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, nobres Srs Deputados.

Contrariando o que já se afirmou, até exaustivamente nesta Casa, de que a Bancada do PDS rejeita, sistematicamente, os pedidos de informações vindos da nobre bancada da Oposição a bancada do PDS apoiou, votou favoravelmente a um requeri-

mento justo, que realmente necessita de informações, de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, que não contém nenhuma matéria política mas sim, de ordem comunitária.

(Lê): "Pretende o nobre Deputado Fiori Luiz, que se indague da Chefia do Poder Executivo e das Secretarias da Educação e da Agricultura, "sobre a situação dos funcionários, professores e técnicos dos seguintes setores: Universidades, Faculdades Estaduais e o IAPAR — Instituto Agrônomico do Paraná".

Como se deduz da justificativa, a proposição do Deputado baseia-se no pressuposto de que haja servidores dessas instituições, regidos pela CLT, "que não estejam com seus vencimentos em dia", uma vez que estão a exigir — sem serem atendidos — o pagamento do segundo reajuste anual a que julgam ter direito em decorrência da lei federal que determina reajustes semestrais.

Na realidade, porém, a suposição em que se fundamenta o requerimento, não corresponde à realidade, uma vez que o benefício de reajustes semestrais instituído pela Lei Federal nº 6708, de 30 de outubro de 1979, não se estende aos servidores das referidas instituições, sejam ou não regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme expressa disposição no Artigo 20 do referido diploma legal.

Não é, portanto, a natureza do vínculo empregatício (celetista ou estatutário), que define a existência ou não do direito do empregado aos reajustes semestrais, mas sim a natureza da pessoa jurídica empregadora. E ninguém ignora que o IAPAR e a Fundação Estadual de Londrina, têm personalidade jurídica de direito público, conforme definido nas Leis Estaduais números 6292, de 29 de junho de 1972, e 6034, de 06 de novembro de 1969, que instituíram as referidas entidades.

Por conseguinte, estando evidenciado que a pretensão do ilustre Deputado requerente encontra-se baseada em fundamentação que não se ajusta à realidade dos fatos, impõe-se a rejeição do requerimento em causa".

Nestas condições, embora o respeito que nos merece o nobre Deputado, vamos votar contrariamente ao pedido de informações pretendido pelo nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, em que pese as considerações feitas pelo nobre Líder do PDS nesta Casa, tenho para mim que o pedido de informações do Deputado Fiori Luiz tem procedência.

Tem procedência porque, inclusive, as associações representativas das diversas categorias profissionais que estão sendo atingidas, já ingressaram na Justiça e mesmo agora, para o dia 30, está sendo marcada uma audiência para dirimir esta dúvida trabalhista.

A Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá, já por diversas vezes, exigindo-se tanto à Reitoria da Universidade como aos diversos Conselhos Administrativos daquela universidade, quando tenta, Sr. Presidente, a extensão dos benefícios concedidos ao funcionalismo público, recebe sempre em contrapartida a informação de que tais benefícios não se estendem aos professores da Universidade Estadual de Maringá, por consequência, não se estende aos professores da Universidade Estadual de Londrina, parece-me que também não à Universidade Estadual de Ponta Grossa, aos funcionários do Instituto Agrônomico do Paraná, tanto na sua sede em Londrina, como nos diversos campos de pesquisa espalhados pelo Paraná, exatamente por não serem estatutários, remetendo sempre, aqueles conselhos administrativos: "a questão para a Consolidação das Leis do Trabalho".

Ora, se dentro dos funcionários dos servidores regidos pela CLT, diversas conquistas já foram feitas, inclusive o paga-

mento do 13.º Salário, é de se supor que até a palavra final da Justiça, cuja manifestação deve começar a partir do dia 30 do mês de outubro.

Esta Casa deveria ter, por uma prudência, ao menos o levantamento efetivo de toda a situação dos servidores que prestam seus serviços às diversas instituições para estatais, cujo vínculo empregatício é regido pela "Consolidação das Leis do Trabalho".

Assim sendo, Sr. Presidente, a rejeição deste requerimento, será apenas para tirar esta Casa de Leis, Casa que deveria ser a caixa de ressonância das necessidades e dos anseios dos diversos segmentos da opinião pública do Paraná, das diversas categorias profissionais que prestam serviços no Paraná, ou participam do seu processo produtivo.

Então não vejo, Sr. Presidente, razões efetivas para a rejeição deste requerimento que, pura e simplesmente, até a manifestação do Poder Judiciário, esta Casa teria as informações prestadas pelas Secretarias competentes, dando ao Poder Legislativo, um quadro completo de todos os servidores, que não sendo regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, entretanto, prestam seus serviços a autarquias, a fundações, a entidades paraestatais, regidos pura e simplesmente pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Eu faria ainda um apelo para que este requerimento do Deputado Fiori Luiz fosse aprovado, para que nós, Poder Legislativo, também possamos participar da definição de um rumo nas relações de trabalho que existem entre o Estado do Paraná e seus servidores que não são beneficiados e não são regidos pelas funções estatutárias.

Porque vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que o Poder Público estadual passa a sofrer uma séria concorrência da empresa privada, não tendo dentro do seu quadro, tanto do quadro único do Poder Executivo como nos diversos quadros especiais, condições de reter e manter a mão-de-obra altamente especializada e categorizada. Foi uma forma legal encontrada ainda no primeiro Governo do Sr. Ney Braga, já no ano de 1961, com a criação das companhias de economia mista, das entidades paraestatais, a fim de que do férreo liame que estabelece o Estatuto do Funcionário Público, fugindo desse controle, pudesse, através da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecer uma forma que desse ao Poder Público melhores condições de competição com a empresa privada.

E, no momento em que se pretende estender para as instituições paraestatais regidas pela CLT o mesmo vigor e a mesma carga do estatutário, sem dar entretanto ao celetista o benefício previsto no Estatuto do Funcionário Público, nós já observamos, Sr. Presidente, que aquele objetivo inicial que visava o Poder Público de poder fazer frente à concorrência de atração da mão-de-obra especializada por parte da empresa privada, em cima da mão-de-obra preparada pelo Estado, ele está sendo frustrado na sua essência.

Senão vejamos: do ano passado para este ano de 1980, a Universidade Estadual de Maringá, para citar o caso da nossa cidade, já perdeu cerca de 18 professores com cursos de pós-graduação, de especialização nos melhores centros da Europa a favor de entidades paulistas e fluminenses que não se atendo a esta férrea interpretação do que representa efetivamente uma Fundação na questão de prestação de serviço especializado, dão lá, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, benefícios que o Estado do Paraná não é capaz de oferecer aos seus servidores regidos pela CLT.

E em razão disso o Estado do Paraná, não pode observar por mais tempo esta sangria, este exílio e esta sucção de mão-de-obra especializada formada aqui no Paraná, às custas do nosso povo. Porque quantos deles são formados às expensas do serviço público, às expensas destas Fundações, às expensas dessas entidades, às expensas desses organismos paraestatais.

E depois observamos então este tipo de tratamento, o

que não ocorre com essas entidades existentes no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro. E se só em Maringá, em apenas oito meses, perdeu 18 técnicos de alto gabarito, o que dizer da Fundação Universidade Estadual de Londrina? O que dizer da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa? O que dizer, Sr. Presidente, da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná e de tantas outras entidades, cujos servidores são regidos pela CLT?

Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Poder Legislativo não pode e não deve ficar ausente de uma redefinição de situação das relações de trabalho, sob pena de nós encontrarmos futuramente situações de crise como hoje observamos na área do magistério oficial.

E quem pode nos garantir que essas crises não se estendam para a área do magistério que embora prestando serviços ao ensino público, entretanto tem o seu vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho?

Se entretanto na rede oficial existe um vínculo do Estatuto do Funcionalismo Público a fazer com que o tempo de serviço seja uma âncora a assegurar a mão-de-obra preparada no serviço público, entretanto, Sr. Presidente, esta âncora não mais existirá para aqueles funcionários regidos pela CLT.

Sabemos que é função do PDS, é função da bancada do Governo, tentar criar este tipo de pedido de informações, prestando quem sabe um serviço a um Governo que aí está instalado. Mas a obrigação essencial e fundamental do Parlamentar vai além, Sr. Presidente, muito mais do que com um governo; vai com o Estado, cujo único responsável e cujo único proprietário e juiz decisório, é o povo do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. FIORI LUIZ - (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Não queremos, evidentemente, criar polêmica, mas entendemos que o requerimento de nossa autoria, é da mais alta relevância.

Inclusive destaco alguns ítem de nossa justificativa deste requerimento, como por exemplo este trecho: Da Universidade Estadual de Londrina, mais de mil pessoas, entre professores e funcionários, elaboraram um abaixo-assinado que foi entregue ao Magnífico Reitor, e no qual solicitam pleno cumprimento da lei, pois o reajuste salarial previsto para setembro não foi efetuado. Na ocasião, o Sr. Secretário de Planejamento do Estado, manifestou sua opinião contrária ao pagamento, alegando ser a Fundação, no caso a FUEL, uma entidade de caráter público. E nós dissemos no requerimento, Sr. Presidente, é de caráter público, mas o vínculo empregatício não é estatutário. É regido pela CLT.

O que chega a nos causar uma certa indignação, Sr. Presidente, é que a EMBRAPA, um órgão federal, e a ACARPA um órgão estadual, que basicamente funcionam com as mesmas características do Instituto Agrônomo - IAPAR, e neste aspecto convocou até os Deputados da região, estes dois órgãos pagaram o segundo reajuste semestral. Estão cumprindo a lei, o que não ocorre com o IAPAR.

A gente observa um desequilíbrio administrativo, porque a CLT existe, pelo que sei, desde 1943, Sr. Presidente. E se o Estado não dá o exemplo de bom patrão, como exigir das entidades privadas?

Não vejo nenhum problema ou conotação política neste requerimento, quando a gente quer apenas exigir o cumprimento de uma lei federal. A irregularidade existe, o abaixo-assinado de mais de mil professores manifesta a preocupação e o desespero dos professores e técnicos regidos pela CLT.

Em função deste problema, e que inclusive o caso está na Justiça, tanto em Maringá como em Londrina, é que solicitamos a estas autoridades: o Governador do Estado, o Secretário da Educação e também da Agricultura, ponderamos, não

é uma exigência, é um simples pedido de informação com relação a este não cumprimento da lei. Talvez nem o próprio Governador esteja sabendo, mas há um desequilíbrio administrativo, houve uma irregularidade.

Foi neste sentido que encaminhamos este requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. RENATO BERNARDI - (Pela ordem) Sr. Presidente, sem querer incomodar o Plenário, gostaria de solicitar a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa defere e procederá a verificação de votação. (É feita a verificação de votação).

10 Srs. Deputados aprovam; 28 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministro da Previdência Social, Ministro da Saúde e às Superintendências Regionais do Paraná, pleiteando instalação urgente de Agência do FUNRURAL no Município de Toledo. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Engenheiro Agrônomo". Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso objetivo é mais exatamente para destacar a luta que hoje desenvolve a classe agrônoma em todo o Brasil. E dia 12 de outubro, data característica e comemorativa da categoria, passa, a cada ano, ter um significado maior, principalmente quando sentimos os agrônomos tomando posições altamente significativas para a própria História deste País. Naquele mesmo dia, viamos a imprensa divulgar um documento em que seu título dizia: "Para o Agrônomo Pensar".

Entre outras coisas, evidenciava que a nova Diretoria, que teve sua posse na última sexta-feira, deveria continuar e cumprir a meta estabelecida nos encontros estaduais de Curitiba, Londrina e Cascavel, e no Congresso Brasileiro de Agronomia realizado há um ano nesta Capital.

Dizia mais, aquela carta aos agrônomos do Estado: "A luta dos anseios da classe pelas liberdades democráticas, efetivação do receituário agrônomo, cumprimento do salário mínimo profissional; pela defesa do direito de insalubridade; a promoção e acompanhamento de atualização profissional em outros cursos, e diversas outras lutas defendidas pela classe e pelos seus dirigentes."

Mas, Sr. Presidente, apenas queríamos encaminhar a votação num requerimento até certo ponto tranqüilo, pacífico. Porque quem esteve na posse da nova diretoria, ouviu e deve ter guardada a mensagem que os agrônomos do Paraná disseram nas palavras do seu novo presidente, condenando absolutamente a política agrícola do Governo; renegando com todos os tons a situação em que se encontra a luta agrária neste País. E por fim, a posição de toda a classe agrônoma.

Sr. Presidente, talvez hoje, quando temos nesta Casa a grande maioria dos Deputados, valeria a pena, porque foi transcrita a manifestação dos agrônomos, através de um requerimento do Deputado Airton Cordeiro, a transcrição na íntegra do pronunciamento do Presidente dos Agrônomos do Estado do Paraná.

Que cada um dos Srs. Deputados refletisse e ao menos lesse o que consta deste documento. Porque muitas vezes nesta mesma Casa, por uma ou por outra razão, os Parlamentares se posicionam a favor ou contra, desde simples requerimentos

relacionados ao assunto, ou mesmo quanto a emendas do próprio Orçamento do Estado do Paraná.

Mas é preciso que esta categoria profissional dos agrônomos que está lá, no chão-a-chão, convivendo com o agricultor, convivendo com a política agrícola, agrônômica e agrária deste País, sejam ouvidos, possamos refletir em torno de suas pregações, porque eles, mais do que nunca, já têm a coragem de sair à rua e de público denunciar, com toda a veemência, o desastre da agricultura do Brasil, o desastre da agronomia, e o desequilíbrio em que se encontra hoje a situação fundiária em nosso País.

Por isso, aqueles que estão nos Parlamentos, que têm a obrigação maior perante o presente e perante o futuro, e que inserido em cada um também está a condição de visualizar o futuro, além do pensamento mediano de nossa gente, que assumam as posições que os agrônomos estão assumindo, porque são tantos os exemplos, que caracterizam o desastre, o desencontro em que vive hoje a agricultura brasileira, e se nós não ouvirmos o produtor, o agricultor, não saberemos nunca neste País voltar-se às necessidades que cada brasileiro precisa e que a agricultura pode responder.

Estamos muito habituados a dizer "sim" a tudo, apoiar, a não pesquisar, a não visualizar, e depois ficamos debruçados diante dos desastres, como os que nós encontramos como o exemplo típico do feijão, em que nos últimos anos, para ser precisos, nos últimos dez anos neste País, a produção de feijão é a mesma, mas nos ufanamos e nos glorificamos de sermos um dos maiores produtores de soja deste País, produzindo dezesseis milhões de toneladas de soja, e nos esquecemos de que, nos últimos dez anos a produção de feijão está estática, está em torno de dois milhões de toneladas.

Por que isso?

Porque, não se ouve o produtor e não se atende às suas necessidades; porque não se ouve o agrônomo e nem se atende as suas aspirações; porque não se defende os interesses brasileiros e se pratica uma agricultura voltada à exportação, quando o brasileiro está passando fome.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por esta razão é que encaminhamos esta votação.

São tantos os desastres da techno-burocracia instalada no Brasil, dos tecnocratas encastelados nos grandes centros de decisões da agricultura, como de todos os setores da vida pública deste País, e quando a coisa é colocada em prática, e os resultados negativos assustam a cada um e a todos nós, muitas vezes, não paramos para analisar e nos posicionar ao lado daqueles que produzem e ao lado daqueles que têm técnica e têm prática, e que são exatamente o produtor e o engenheiro agrônomo.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa manifestação neste dia, de um requerimento que fizemos, e que num instante em que nos congratulamos pela data, mais para que ela seja uma data para refletir a questão da terra, o problema agrícola, o problema agrário e o problema econômico.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Ministério da Aeronáutica, em forma de apelo, no sentido da liberação do Aeroporto de Umuarama, para operação de aeronaves de grande porte. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e Secretário dos Transportes,

encarecendo sejam construídos meio-fios e calçamentos no acesso que liga Nossa Senhora das Graças a Colorado. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, sugerindo estudos com vistas à maior participação da União, no aprimoramento cultural de nossa infância e juventude. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, com o apoio do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Auditoria Fiscal, do Tribunal de Contas do Estado, a fim de examinar as contas da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, referente ao corrente exercício. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Tóxicos, em forma de apelo, visando a revogação da Portaria número 20/77, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e promoção de campanha para uso de medicamentos manipulados em farmácias. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, visando a instalação de uma unidade da referida Secretaria, na Cidade de Francisco Beltrão, atendendo a reivindicação da Câmara Municipal, do mencionado município. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente da COPEL, encarecendo a implantação de rede de energia elétrica nos bairros de Vila Simone, Jardim Nova Aurora e Jardim Oliveira, situados no Município de Nova Aurora. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, encarecendo que o posto de recepção sediado em Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul, seja substituído em suas funções, isto é, no atendimento ao público, em termos e com a finalidade de Posto Avançado. Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando quinze (15) dias de licença, a contar do dia 20 do corrente mês, com a finalidade de desempenhar missão de caráter cultural e científico, no Estado do Mato Grosso do Sul. - Aprovado. - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, referente ao setor da Comunicação Social do Governo. - Rejeitado.

O SR. RENATO BERNARDI - (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

7 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Engenheiro Agrônomo Paulo Cesar Furiatti, ao assumir a presidência da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.— Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros das Minas e Energia, Planejamento e Agricultura, reivindicando a liberação dos recursos necessários para que as cooperativas possam substituir o "fuel-oil" de suas secadoras.— **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 92/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 45, 76, 78, 83, 87, 120, 124 e 129/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/80.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ATTILIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, com base no Art. 248, da mesma Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, vencido em 1.º de outubro de 1976; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, de acordo com o mesmo dispositivo legal, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1.º de outubro de 1976 e 1.º de outubro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das

férias referentes aos anos de 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 8939).

PORTARIA N.º 653/80

I — revogar "ex-officio" as Portarias n.ºs 3/74, 864/77 e 447/78, na parte que se refere à funcionária CELINA BIANCHI, matrícula n.º 153, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — mandar contar a seu favor, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975 e Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias de 1973, 1974, 1978 e 1979, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 355).

PORTARIA N.º 654/80

conceder à funcionária FLORIPES ALVES BOSCHI, matrícula n.º 197, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 04 de outubro de 1980, em prorrogação.

(Protoc. n.º 9476).

PORTARIA N.º 655/80

conceder à funcionária ANDRELINA CORREIA ALVES, matrícula n.º 191, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 06 de outubro de 1980.

(Protoc. n.º 9420).

PORTARIA N.º 656/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JORGE KUDRI, matrícula n.º 286, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 129, item I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de três (03) meses, compreendido entre 24 de agosto de 1957 e 24 de novembro do mesmo ano, em que prestou serviços ao então Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(Protoc. n.º 8591).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13/10/80
LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL